

TÍTULO DO TRABALHO			
ORIGENS DO BNDE (1952) E INFLUÊNCIA DO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Thiago Reis Marques Ribeiro	Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal Fluminense	PPGH/UFF	Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Elucidar as relações entre a origem do BNDE (1952) e a influência econômica e política norte-americana (especialmente a partir de agências como o Departamento de Estado e o <i>Export-Import Bank of Washington</i>, o <i>Eximbank</i>) é o principal objetivo do presente trabalho. A partir da influência dos agentes e agências norte-americanos, procuraremos expor que os agentes desse imperialismo tiveram papel ativo da formatação que o BNDE veio a assumir, especialmente no que diz respeito ao montante dos fundos disponíveis para a sua fundação, aos critérios de concessão de empréstimos e à geração de intelectuais formados no bojo das tratativas com os agentes norte-americanos para a formação do referido Banco.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
BNDE – Estados Unidos – Imperialismo			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Elucidate the relations between the origin of “BNDE”(“Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico”, 1952) (especially from agencies like the Department of State and the Export-Import Bank of Washington, the Eximbank) is the main objective of this work. From the influences of north-american agents and agencies, we will show that the agents of this imperialism had active role on the formatation of the BNDE, especially on the amount of available funds to its foundation, the criteria of loans grants and the generation of intellectuals formed in the context of the deals with the north-americans agents to the formation of that bank.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
BNDE – United States – Imperialism			
EIXO TEMÁTICO			
Estado, Poder e luta de classes			

§1. Introdução

O *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)* – hoje *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)* – é criado em 1952 pelo segundo governo Vargas como um dos pilares mais importantes do programa mais geral de aceleração do crescimento econômico capitalista brasileiro, levado adiante tanto pelo seu governo como pelos que lhe sucederam. Junto com a *Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)*, a *Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)*, com a *Petrobras*, entre outras agências econômicas estatais, o BNDE ocupa um lugar de destaque também no ideário *desenvolvimentista*; segundo esta concepção, o programa desenvolvimentista e tais agências, pela superação do *atraso* através da promoção do crescimento econômico capitalista (muitas vezes identificado com o processo de urbanização e industrialização), levaria a nação brasileira à condição de *país desenvolvido* contribuindo decisivamente para a emancipação econômica e política da sociedade brasileira. Porém, o que as mistificações¹ próprias da ideologia desenvolvimentista muitas vezes dificulta observar é a presença íntima do Estado capitalista norte-americano na elaboração e implementação do “desenvolvimentista realmente existente”, *i. e.*, no conjunto de medidas que concretamente foram tomadas através de tais agências econômicas estatais no sentido de promover a expansão quantitativa e qualitativa da acumulação capitalista na sociedade brasileira. Assim, tanto no que diz respeito às linhas básicas de boa parte das políticas econômicas adotadas no período “desenvolvimentista clássico” (1930-1964), quanto na formatação concreta das agências que seriam mobilizadas neste processo de transformação capitalista (como o BNDE), o capitalismo norte-americano, seja através de suas agências estatais e civis, seja através dos seus intelectuais/agentes, cumpriu um papel que dever ser investigado com cuidado se busca-se entender o processo de formação da moderna sociedade capitalista brasileira. Nesse sentido, mesmo que de forma um tanto sumária e indicativa – dada a grande complexidade do tema –, nos escritos que seguem buscaremos tratar da influência dos Estados Unidos na criação deste agência econômica estatal que tornou-se um símbolo do “progresso” econômico brasileiro para parte considerável daqueles que compartilham do ideário e da programática “assim chamada” desenvolvimentista: o BNDE.

¹ Não deixa de ser interessante o fato de que Horácio Lafer, Ministro da Fazenda do segundo governo Vargas, falar em “mística” do desenvolvimento, segundo Roberto Campos. “A expressão *mística do desenvolvimento* era freqüentemente usada no debate econômico da época. Lafer, concordando neste ponto com o grupo da Cepal usava-a num sentido positivo de mobilização para o desenvolvimento” (CAMPOS, 1994, p. 168).

§2. Antecedentes do BNDE: a *Missão Cooke* (1942)

Como bem enfatizou o Professor Geraldo Beauclair de Oliveira, em trabalho sobre a evolução do sistema financeiro do primeiro governo Vargas, a via creditícia e financeira foi determinante para se estimular o processo de crescimento capitalista brasileiro nos anos 1930 – mais, por exemplo, do que instrumentos tarifários (BEAUCLAIR DE OLIVEIRA, 1974). O BNDE, portanto, se insere nesta trajetória de formação de instrumentos financeiros estatais que pudessem viabilizar a expansão econômica capitalista brasileira, especialmente (mas não exclusivamente) o setor urbano-industrial.

Ainda nos anos 1930, a formação da *Carteira de Crédito Agrícola e Industrial* do Banco do Brasil (CREAI-BB) em 1937 é um marco importante na formação desses instrumentos financeiros estatais – especialmente no que tange à criação de uma agência financeira que disponibilizasse empréstimos de longo prazo. Além dessa característica de fornecer crédito de longo prazo para a agricultura e, crescentemente, para a indústria, outro fato relevante sobre a CREAI é que ela era parcialmente suprida por fundos oriundos de contribuições previdenciárias de algumas categorias profissionais de então, a partir de um decreto de 1938.² Como veremos adiante, em suas origens o BNDE também se valeu desse recurso para captar parte de suas reservas emprestáveis.³

A influência norte-americana sobre a política econômica brasileira de forma geral e também no que diz respeito ao tema do financiamento de um programa de expansão capitalista, se torna mais incisiva no contexto de luta contra a influência econômica e política da Alemanha nazista sobre o Brasil – luta esta que resulta na entrada do Brasil ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, os imperativos mais imediatamente políticos e militares fizeram com que o governo norte-americano se implicasse mais claramente em promover o desenvolvimento econômico brasileiro, seja através do fornecimento de empréstimos (especialmente através do *Eximbank*), seja através do envio de “missões de cooperação técnica” (como a *Missão Taub* e a *Missão Cooke*). No que diz respeito às origens da formação de uma instituição financeira com o perfil do BNDE e a influência dos Estados Unidos nesse processo, a chamada *Missão Cooke* (em 1942) é um caso relevante para ser investigado.

² Cf. Corsi (2012).

³ Antes da formação da CREAI-BB, foi proposto por Roberto Simonsen a criação de um banco de exportação e importação que, na prática, acabaria por agir também como um banco de investimentos. Esse projeto, que não foi aprovado, foi apresentado no *Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE)* e no Congresso por Simonsen em 1935.

A Missão Cooke – cujo nome se deve ao líder da delegação norte-americana, *Morris Cooke*⁴ – vem ao Brasil no contexto dos preparativos do esforço de guerra brasileiro ao lado dos Aliados, tanto do ponto de vista imediatamente militar, quanto do ponto de vista econômico – apesar das primeiras gestões do governo brasileiro no sentido de obter dos Estados Unidos o envio de uma missão técnica datar de antes da entrada formal do Brasil no conflito. Além disso, naqueles anos importantes empréstimos foram realizados pelos Estados Unidos ao Brasil, com destaque para os realizados através do *Eximbank*. Apesar deste banco ter realizado alguns empréstimos anteriormente – em sua maioria para que o Brasil pudesse liquidar atrasados comerciais –, os realizados nesse contexto foram em montantes até então inéditos – especialmente os destinados à fundação da *Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)* e da *Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)*. Nesse sentido, a Missão Cooke, além de ter trabalhado junto a alguns técnicos envolvidos na fundação dessas companhias, também buscou realizar uma abrangente análise da realidade econômica brasileira no sentido de traçar alguns eixos-chaves para um programa de desenvolvimento econômico no Brasil. Os resultados dos estudos realizados pela Missão Cooke podem ser observados em um documento intitulado *A Missão Cooke no Brasil*, relatório produzido pela Missão para o presidente Roosevelt e que foi traduzido em 1949 pela *Fundação Getúlio Vargas (FGV)*.

Em um dos seus itens, o relatório da Missão Cooke aborda o tema do financiamento de um programa vasto de desenvolvimento econômico, demonstrando aprovação quanto à proposta do governo de criar uma instituição bancária que pudesse financiar empreendimentos de longo prazo. Porém, de acordo com o texto do relatório, podemos observar a clara intenção de influir sobre os rumos que tomará o processo de fundação de um banco deste tipo. Assim, portanto, manifesta-se o relatório sobre as funções gerais que deve assumir tal banco:

O banco realizará empréstimos a longo prazo para a indústria, visando particularmente a criação ou expansão de empresas; facilitará o mercado de títulos; assegurará assistência técnica especializada aos clientes e outros; agirá como intermediário na obtenção de equipamento; e empreenderá, se solicitado ou quando necessário, a administração provisória ou permanente de empresas.

O capital inicial deverá ser subscrito pelos governos federal e estaduais, e por instituições públicas, como os institutos de aposentadoria e pensões. As ações

⁴ Morris Cooke é um dos pioneiros na aplicação das técnicas de gestão elaboradas por Taylor, trabalhando junto com este último em seus primeiros experimentos. A ênfase de Cooke se deu no emprego das técnicas de administração científica proposta por Taylor na administração pública.

poderão, outrossim, ser oferecidas ao público, em geral, e às emprêsas que se utilizem dos serviços do banco, facultando-se a êste a participação nos lucros das emprêsas que financiar. Poderão ser obtidos fundos adicionais através da venda de quantidades limitadas de ações do banco no estrangeiro e através de empréstimos a fontes estrangeiras. (COOKE, 1949, p. 56)

Como percebe-se deste extrato do relatório, a perspectiva era de que o banco de investimentos não entrasse em conflito com o setor privado e que também pudesse ser usado no sentido de fomentar o desenvolvimento de um *mercado de títulos* no Brasil. A formação do fundo do banco se daria através da subscrição dos governos (estaduais e federais) e a partir dos *fundos de aposentadoria e pensões*. Também estava previsto o lançamento de ações do banco à disposição de empresas particulares brasileiras e, inclusive, mesmo que de forma limitada, a venda de ações e levantamentos de empréstimos no estrangeiro.⁵

A iniciativa que então se desenrolava no sentido da criação de um banco de investimentos não estava diretamente relacionada com os trabalhos da Missão Cooke; porém, apesar disso, o relatório deixa claro que o “[...] govêrno norte-americano se interessará de qualquer modo nos resultados dêsse trabalho, independentemente do tipo de organização que fôr adotada” (*Ibid.*, p. 56).

Apesar de nosso objetivo neste trabalho ser o de abordar o problema da formação de uma instituição financeira e a influência norte-americana, para que se possa ter uma perspectiva adequada desse problema é importante mencionar que este era apenas um dos aspectos das recomendações em torno da criação de formas de financiamento da expansão econômica elaboradas pela Missão Abbink; de forma geral, o problema era como canalizar os fundos e poupanças disponíveis para o financiamento da produção econômica – especialmente a produção industrial. Nesse sentido, um banco de investimentos deveria estar afinado com o intento de estimular a formação e desenvolvimento de um mercado de títulos no Brasil – públicos e privados. De acordo com o relatório, a mentalidade corrente no Brasil fazia com que uma parcela desproporcionalmente elevada dessas poupanças fossem destinadas para a aquisição de *imóveis urbanos* e *propriedades rurais* – e isso em detrimento de usos com resultados mais positivos sobre o crescimento econômico global, como, por exemplo, o financiamento da expansão da produção industrial. Assim, dever-se-ia construir a *confiança* desses possuidores de poupança no mercado de ações de empresas, no que a

⁵ Neste ponto o relatório da Missão Cooke não demonstra nenhum embaraço em abertamente sugerir mudanças na legislação brasileira no sentido de permitir a participação de estrangeiros na propriedade de bancos de depósitos: “Muito embora bancos de depósitos no Brasil sejam agora proibidos, pela lei, de possuir acionistas estrangeiros, admite-se que esta proibição não se aplique a êste banco. Se esta afirmativa é incorreta, a legislação deverá ser modificada, a fim de autorizar esta retenção de ações do Banco no estrangeiro” (*Ibid.*, p. 56).

construção de uma agência reguladora desse mercado, similar a *Securities and Exchange Administration* norte-americana muito auxiliaria (*Ibidem*, p. 91). Ou seja, na visão dos agentes norte-americanos da Missão Cooke, a promoção do desenvolvimento econômico e o estímulo ao crescimento das *bolsas de valores* não eram objetivos excludentes entre si. Aqui mencionamos esse fato pois tais recomendações, com algumas modificações, vão se repetir nas próximas experiências de “cooperação técnica e econômica” entre Brasil e Estados Unidos, como a *Missão Abbink* (1948) e a *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos* (1951-1953) – sendo no contexto dessa última que se deu a criação do BNDE.

§3. Antecedentes do BNDE: a *Missão Abbink* (1948)

Após a Segunda Guerra Mundial, há uma sensível mudança na postura das autoridades norte-americanas em relação ao apoio a um programa de desenvolvimento econômico no Brasil; as atenções norte-americanas nessa conjuntura estavam voltadas para a reconstrução europeia, sendo o *Plano Marshall* uma das maiores expressões da política norte-americana neste sentido. Assim, apesar de não terem cessado completamente os empréstimos governamentais norte-americanos para o Brasil, estes não foram na magnitude daqueles realizados nos anos da guerra e não se observava mais aquele empenho por parte do governo norte-americano em apoiar um programa de desenvolvimento econômico brasileiro – especialmente através de empréstimos. Tal mudança de postura gerou efeitos negativos em parcela considerável das autoridades brasileiras, especialmente pelo fato de que na mentalidade de tais agentes estatais figurarem o Brasil na condição de “um aliado especial” dos Estados Unidos e de sentir-se merecedor de alguma “compensação” pelo esforço de guerra empreendido ao lado dos aliados. Esse fato gerava ainda maior mal-estar pelo fato de serem as outrora nações inimigas (Alemanha e Itália) destino de vultosas somas em dólares no contexto do Plano Marshall. Este mal-estar tornar-se-á ainda mais agudo a partir da dura crise cambial pela qual passará a economia brasileira a partir de 1947 – revertendo a favorável posição cambial dos anos imediatamente após o fim do conflito mundial.

É nesse contexto que ocorrerá, em 1948, mais uma edição das missões norte-americanas com supostos fins técnicos e econômicos: a *Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos* (CBAEE), mais conhecida como *Missão Abbink* – por causa do chefe da delegação norte-americana, *John Abbink*. Mesmo sem envolver negociações de novos empréstimos – o que

terá forte consequências sobre a recepção dos trabalhos da Missão –, os estudos realizados pela Missão Abbink sobre as formas de promover o desenvolvimento econômico brasileiro voltaram a abordar o tema da construção de formas de financiamento de um abrangente programa de crescimento econômico acelerado no Brasil – com ênfase nos setores de *transporte* e *energia*. Mesmo que não seja a principal forma de financiamento abordada, o problema da formação de um banco de investimento é tematizado.

Por mais que se admitisse, de acordo com o *Relatório Final* da Missão Abbink, a criação de um banco de investimento – e até mesmo se elogie tal iniciativa, que naquela conjuntura vinha sendo levada adiante no projeto de reforma bancária em tramitação no Congresso –, a prioridade apontada era a de fomentar o desenvolvimento de um *mercado de títulos* no Brasil. Nesse sentido, a criação de um *banco central* e de uma *comissão de valores mobiliários* eram apontados como tarefas mais imediatas que a formação de um banco de investimentos. A ideia era que se tornassem disponíveis o quanto fosse possível os recursos *internos* que poderiam ser canalizados em projetos de desenvolvimento e para o investimento em empresas – chamando os agentes norte-americanos esta perspectiva sobre o fomento ao desenvolvimento econômico de “*self-help*”. E, nesse sentido, novamente critica-se a elevada magnitude das poupanças internas brasileiras que eram drenadas pela especulação imobiliária. Como, nessa visão, a razão desta atração exercida sobre o investimento em imóveis basear-se no ambiente inflacionário que então se experimentava – já que os preços dos imóveis e dos aluguéis contavam com uma correção mais certa e célere –, a formação de um banco central que se empenhasse no combate à inflação era um passo fundamental para se fazer vicejar um dinâmico mercado de títulos no Brasil.

Voltando à questão do banco de investimentos, o aspecto mais sublinhado pelo relatório da Missão Abbink era a importância de se aprimorar as formas de viabilizar os recursos dos institutos previdenciários para suprir instituições bancárias voltadas para o financiamento da produção. Nesse sentido, é recomendada a centralização das instituições previdenciárias em um único órgão de maneira que se pudesse superar a perspectiva da “reserva integral” – ou seja, não mais sendo depositado em um fundo o total das prestações previdenciárias que só futuramente serão executadas – e viabilizar parte do montante total de recursos para investimentos.

Se o Governo assumisse diretamente determinadas funções de previdência social, poder-se-ia lançar mão de um princípio diferente, ou seja, o de providenciar apenas quanto aos pagamentos a vencer em futuro próximo, contando-se em dotações provenientes da receita geral do governo para enfrentar quaisquer deficiências que possam surgir. Contudo, enquanto as instituições de previdência social conservarem o seu caráter autárquico, o Governo não poderá comprometer-se a

atender tôdas as deficiências que porventura possam surgir, sem correr o risco de sérios abusos. A principal decisão, portanto, a ser tomada pelo Govêrno Brasileiro no momento atual, é a de escolher entre o conservar-se o sistema em seu atual estado semi-independente, operando segundo o princípio da reserva integral, ou chamar a si os encargos de previdência social, assegurando os pagamentos de benefícios futuros com as contribuições passadas e presentes e, ainda quando necessário, com recursos provenientes da receita geral. (CMBAEE, 1949, p. 155)

À semelhança, portanto, do que se observa no relatório anterior da Missão Cooke, o relatório da Missão Abbink, além de também apontar o desenvolvimento do mercado de títulos como uma das mais poderosas alavancas ao crescimento econômico brasileiro, também enfatiza a importância de se disponibilizar os fundos previdenciários para uma instituição bancária de investimentos. Porém, como mencionamos, os trabalhos da Missão Abbink não vieram acompanhado por uma linha governamental norte-americana de financiamento de um programa concreto de desenvolvimento econômico; aliás, recomendava-se que o Brasil deveria buscar prioritariamente por capitais privados em um programa dessa natureza. Assim, as recomendações da Missão Abbink não gozaram de calorosa receptividade – tanto entre os membros do governo quanto entre os membros do empresariado; na verdade, o próprio John Abbink – depois de certa troça levada adiante por alguns jornais da época, sendo chamado de “Vice-Rei John Abbink”, sugerindo o caráter colonial da relação do Brasil com os Estados Unidos – moveu veementes protestos junto a outras autoridades norte-americanas, afirmando que, apesar de não ser favorável a um “Plano Marshall para o Brasil”, acreditava ser de grande importância que alguma coisa do ponto de vista financeiro deveria ser apresentado ao Brasil para que as recomendações realizadas pela Missão Abbink possam encontrar uma melhor acolhida.⁶ Nesse sentido, logo após o fim da Missão Abbink já inicia-se as tratativas no sentido de realizar-se uma nova experiência de cooperação técnica e econômica entre Brasil e Estados Unidos – o que viria a ser concretizado com a instalação da *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos*, em 1951.

§4. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) e a fundação do BNDE (1952)

⁶ Outro aspecto das recomendações da Missão Abbink era aquilo que os agentes norte-americanos chamavam de “desenvolvimento balanceado”, ou seja, que além do desenvolvimento industrial devia-se buscar o incremento da produtividade do campo, especialmente para reduzir os preços dos alimentos (diminuindo as pressões inflacionárias) e para evitar que tensões se avolumasse no campo.

Além dos alertas realizados por Abbink acerca da insatisfatória recepção da Missão e das suas recomendações, outros fatos importantes para se entender o início da nova missão de cooperação econômica e técnica – e que dessa vez contaria com empréstimos para financiar projetos concretos de desenvolvimento – foi o recrudescimento das tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética (inaugurando uma etapa decisiva da *Guerra Fria* a partir do anúncio da *Doutrina Truman*), o advento da *Revolução Chinesa* e o início da *Guerra da Coreia* (1950). Este último fato é de grande importância para a instalação da Comissão Mista, pois, semelhante ao que ocorrera no contexto da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos buscavam envolver o Brasil e outros países da América Latina ao seu lado no conflito na Coreia. Desta forma, as autoridades norte-americanas voltam a encarar com mais seriedade a possibilidade de realizar um programa de cooperação econômica com o Brasil que pudesse contar com empréstimos para financiá-lo.

Além desses fatos, Truman no seu discurso de posse de seu segundo mandato anuncia como quarto ponto de seu programa externo de governo uma política de ajuda econômica a países que necessitassem de capitais governamentais para levar adiante um projetos de desenvolvimento econômico; essa política ficou conhecida como *Programa do Ponto IV*. É sob a égide desse programa que se realizou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) – já no segundo governo Vargas, apesar das negociações para a sua realização terem se iniciado desde fins do governo Dutra.⁷ É a partir dos trabalhos da CMBEU e dos empréstimos com que pôde contar que se inicia um capítulo determinante na origem do BNDE.

Apesar desses fatos relacionados à conjuntura internacional e ao novo governo Truman, os agentes norte-americanos que participaram da última missão – a Missão Abbink – não deixaram de notar dificuldades intelectuais e políticas próprias dos setores dominantes brasileiros e suas expressões na sociedade política brasileira de então. Desde os tempos da Missão Cooke, um dos principais objetivos dessas missões era investigar os recursos internos à economia brasileira que poderiam ser usados em investimentos com efeitos positivos sobre o crescimento da economia como um todo. Nesse sentido, como já mencionamos, as terras rurais e os imóveis eram apontados como tomando uma parcela demasiadamente elevadas das poupanças acumuladas na economia brasileira; no que diz respeito à produção agrícola, este tipo de investimento especulativo acabava tendo efeitos negativos sobre a produtividade do campo, na visão dos agentes norte-americanos. Porém, como reportou Abbink ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, o tema da propriedade rural era um *tabu* para as autoridades brasileiras e que outras soluções deveriam ser

⁷ Quando são divulgados os resultados das eleições de 1950, indicando a vitória de Vargas, este, antes mesmo de sua posse, já indica João Neves da Fontoura, futuro Ministro das Relações Exteriores de seu governo, para tomar parte das tratativas em torno da realização de nova missão de cooperação econômica e de empréstimos que pudessem financiar um programa de investimentos.

buscadas para viabilizar o progresso econômico brasileiro – a despeito das tensões políticas que gerava essa situação do campo.⁸ Portanto, em uma situação em que um programa que pudesse tocar na estrutura da propriedade fundiária estava fora de cogitação, a necessidade por uma “poupança externa” na forma de empréstimos norte-americanos se tornava ainda maior para se financiar projetos de desenvolvimento econômico de longo prazo.

As negociações junto aos norte-americanos em busca de novos empréstimos e de uma nova missão de cooperação econômica iniciaram-se, como dito, logo após o anúncio da vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 1950. No início do próximo ano, João Neves da Fontoura – já como Ministro das Relações Exteriores – e Horácio Lafer – novo Ministro da Fazenda – vão aos Estados Unidos por conta da *IV Reunião de Consulta dos Chanceleres das Américas*, reunião esta convocada pelos norte-americanos no sentido de buscar o apoio dos países americanos no conflito coreano. Porém, o que foi noticiado na imprensa da época foi uma pouco usual “independência” da posição brasileira em relação aos Estados Unidos. Ao que parecia, o novo governo buscava, mesmo que apenas superficialmente, “endurecer” um pouco os termos do debate com os Estados Unidos. Porém, o principal resultado dessa política foi desvincular as negociações sobre os empréstimos norte-americanos ao Brasil do tema da posição do Brasil em relação à Guerra da Coreia – inclusive, as autoridades norte-americanas estavam na expectativa de que o as Forças Armadas brasileiras fornecessem contingentes diretamente para a zona de conflito. Este fato bastou para causar exultação entre as autoridades brasileiras. Na verdade, durante essa visita em 1951, o que os agentes brasileiros conseguiram foram termos um tanto vagos acerca das condições desses empréstimos, o que geraria complicações posteriores quanto à forma e ao montante total dos empréstimos acordados. Porém, estava evidente que, apesar de não mais se exigir o envio de tropas para a Coreia, a questão dos empréstimos para o Brasil estava relacionada com as negociações em torno do fornecimento pelo Brasil de minerais estratégicos aos Estados Unidos em condições extremamente favoráveis para esse último – especialmente no que tange às cotas de *areias monazítica*, matéria-prima para a obtenção de *tório e urânio*.⁹

Para este programa de apoio norte-americano ao desenvolvimento capitalista brasileiro, de início, o *Banco Mundial* foi aventado como o principal fornecedor de empréstimos – e isso de

⁸ “The basic political objective of the Brazilian Government in dealing with agriculture should be, of course, to prevent the emergence of acute unrest among the large underprivileged rural population. This is an issue which may seem unimportant for the near future, but it represents a latent threat to Brazil's internal stability and to stability of Brazil's international relationships over two or three decades ahead. The immediate danger is that the Brazilian government will not face the problem fully and that it will content itself with half solutions or even with promises of solutions. The proposal to set up a rural bank, for example, seems to promise more than it is really likely to accomplish in the near future. I may note also that any discussion of rural ownership problems was tabooed by the Brazilian members” (*FRUS*, 1949, p. 553).

⁹ Sobre este tema, cf. Bandeira (1978).

acordo com as exigências e normas desta instituição multilateral, mas na qual os Estados Unidos eram os que detinham a maior cota e maior poder de mando. Os agentes ligados ao *Eximbank*, que tradicionalmente vinham realizando empréstimos para o Brasil, ressentiram-se de ficar de fora deste programa e foram posteriormente incluídos como outra fonte de recursos para o programa em negociação. Porém, as diferenças de perspectivas entre essas duas instituições financeiras não deixariam de provocar conflitos, como mencionaremos à frente. Além disso, ficou decidido que o Brasil levantaria uma quantia equivalente em cruzeiros para financiar os custos internos do programa de desenvolvimento – e isto de uma forma que se entendia na época como *não inflacionária*, ou seja, sem emissão monetária e, portanto, via instrumentos fiscais e orçamentários. Também ficou acertado que os empréstimos a serem realizados pelo *Eximbank* e pelo Banco Mundial deveriam ser aprovados mediante a apresentação de projetos concretos de investimentos; para tanto, seria criada uma comissão especial responsável pela elaboração dos referidos projetos, com a participação de técnicos norte-americanos e brasileiros, o que viria a ser a *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos*.¹⁰

Existia a forte pressão por parte dos Estados Unidos para que tanto os empréstimos levantados junto ao *Eximbank* e ao Banco Mundial quanto o fundo equivalente em cruzeiros não ficasse nas mãos do Banco do Brasil, mas que fosse criada uma nova instituição financeira. O temor manifestado pelos agentes norte-americanos era o de que tais capitais ao serem depositados no Banco do Brasil poderiam lastrear novas operações deste banco – o que, na visão desses agentes, teria efeitos inflacionários. Além disso, esta nova instituição financeira deveria ser o *locus* de proliferação de novas praxes empresariais, especialmente no que tange à elaboração de projetos concretos de investimentos que demandam financiamento de longo prazo. Esta instituição financeira concretizar-se-ia com a fundação, em 1952, do *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico*, o *BNDE*.

Ao retornar da viagem aos Estados Unidos, Horácio Lafer chega ao Brasil afirmando que o total do capital levantado a partir das negociações naquele país seria de US\$ 500 milhões – sobrestimando o total ou, no mínimo, sendo pouco cuidadoso na distinção entre o montante *potencialmente* disponível para investimentos no Brasil e aquele imediatamente disponível. Além de levar em consideração também os capitais privados que poderiam ser atraídos para investimentos

¹⁰ “The question of cruzeiro financing has been a tough one for the Administration, as you know, and I gather from Lafer that it is his belief such an announcement along the lines of that outlined above would be of immense service to the Administration, and in particular to the Finance Ministry, in securing the necessary legislation and appropriations from Congress to implement the Brazilian side of the Joint Commission's work.

Lafer and Vargas do not expect the Bank [Banco Mundial] actually to make money available except for completed and approved projects. What they want is an announcement that the Bank will earmark funds for the purposes described. The money, of course, will not be available until definite projects have been submitted to the Bank and received its approval.” (*FRUS*, 1951, p. 1220).

no Brasil, Lafer também não mencionou o fato de que os empréstimos do *Eximbank* e, principalmente, do Banco Mundial estavam na dependência de aprovação sob critérios determinados. Certamente, este suposto “blefe” de Lafer se deu no sentido de estimular o Congresso Nacional a aprovar a fonte de receita interna para levantar o equivalente em cruzeiros, de acordo com as exigências dos agentes norte-americanos.

Com a aprovação pelo Congresso da lei que formava o fundo em cruzeiros que seria usado para o programa de investimentos do governo, ficava disponível a fonte financeira que viabilizaria a formação do BNDE. De acordo com a legislação aprovada, seria estabelecido um adicional o imposto de renda por um determinado prazo, sendo destinado esse recurso para a formação do fundo em cruzeiros. Além disso, parte dos fundos de pensão, de seguros e de capitalização seriam canalizados para o BNDE, portanto, seguindo diretriz muito semelhante àquelas prescritas desde os tempos da Missão Cooke e da Missão Abbink.¹¹ De forma residual, algumas dotações orçamentárias prevista para o chamado *Plano SALTE* do governo Dutra seriam também destinadas para o novo banco. No que diz respeito ao fundo em dólares do BNDE, os empréstimos do *Eximbank* e do Banco Mundial formariam o seu quantitativo inicial – o que foi visto com muito bons olhos pelos agentes norte-americanos, como dito, pelo fato de isolar tais recursos do Banco do Brasil e evitar possíveis consequências inflacionárias, de acordo com a visão vigente entre esses agentes.

Porém, esta não era a única razão pela qual as autoridades norte-americanas viam com aprovação a formação de uma nova instituição financeira; existia também o objetivo de usar a agência financeira estatal como um foco de difusão de novas praxes empresariais, como mencionamos. A ideia era que os empréstimos realizados pelo BNDE só pudessem ser liberados mediante projetos de investimento, que, além de serem viáveis economicamente, deveriam estar afins aos desideratos da política econômica adotada, especialmente no que tange à remoção dos chamados “pontos de estrangulamento” e da criação dos chamados “pontos de germinação”, para usar as duas noções principais no interior do ideário que animava tais políticas econômicas. Nesse sentido, a experiência dos anos da Comissão Mista foram de fundamental importância para formar política e intelectualmente os agentes que comporiam os quadros mais importantes do BNDE.

Do ponto de vista da estratégia de governo no que diz respeito à política econômica, o sucesso da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos era crucial – especialmente a liberação dos

¹¹ O *Relatório Geral* da Comissão Mista também enfatiza o suposto caráter não inflacionário desse tipo de canalização de recursos para investimentos. “Parece inquestionável, de qualquer forma, que atento ao volume substancial de fundos anualmente veiculados através de instituições de poupança coletiva, a sua re-orientação deve constituir parte importante de qualquer programa anti-inflacionário” (CMBEU, 1954, p. 79).

empréstimos em dólares. Alguns líderes do governo chamaram essa estratégia de governo de “Campos Salles/Rodrigues Alves”, em alusão aos dois ex-presidentes: a primeira fase, a “fase Campos Salles”, seria marcada por ajustes fiscais, monetários, etc.; a segunda fase, a “fase Rodrigues Alves”, seria marcada por grandes investimentos e realizações. Os projetos da Comissão Mista eram fundamentais para o sucesso dessa segunda fase, especialmente.

Os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos desenvolveram-se entre os anos de 1951 e 1953 e resultaram em uma vastíssima publicação com um total de 17 volumes: 2 volumes de um *Relatório Geral* – contendo uma análise da recente evolução da economia brasileira inédita do ponto de vista da abrangência, das categorias utilizadas e das dotações estatísticas com que pôde contar¹²; 15 volumes contendo 42 projetos concretos de investimento, a grande maioria na área de *energia* e *transporte* (portanto, duas áreas consideradas críticas desde os relatórios da Missão Cooke e da Missão Abbink), mas também na área siderúrgica, de equipamento agrícola, entre outras. A ideia com a publicação era justamente difundir entre intelectuais, empresários, autoridades, etc., a consciência sobre os principais “nós” do desenvolvimento econômico brasileiro e o saber próprio à elaboração de projetos de investimento de longo prazo (técnicas de “projetamento”, de acordo com expressão de Roberto Campos, membro da Comissão Mista), contribuindo, assim, para a modernização dos métodos de administração e do próprio “espírito de empresa” na sociedade brasileira. Os trabalhos da Comissão, portanto, além de objetivos econômicos, tinham também claros objetivos políticos e intelectuais, e aqui encontra-se um dos principais eixos da influência norte-americana sobre a formação do BNDE, através da Comissão Mista, *i. e.*, sobre a concepção geral do que seria uma política econômica de desenvolvimento e quais tipos de comportamento empresarial deveriam ser estimuladas através de facilidades de financiamento. Assim, os projetos da Comissão Mista funcionariam como “vitrines” (“showcases”) para uma nova mentalidade empresarial e para os principais problemas econômicos nacionais.

Apesar de nos casos anteriores já ser possível observar o intento norte-americano de influenciar intelectual e politicamente sobre os rumos da economia brasileira, no caso da Comissão Mista há uma ênfase no sentido dessa influência ser buscada também no nível da própria administração das empresas em operação no Brasil. Tal prática é um dos aspectos distintivos do Banco Mundial, já que, de acordo com os seus estatutos, o Banco só poderia realizar empréstimos para investimentos julgados como promotores do desenvolvimento econômico – com destaque para a área de energia e transporte – e através da apresentação de projetos que se mostrassem

¹² O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV) tinha iniciado em 1948 o cálculo de algumas variáveis macroeconômicas de forma sistemática. Assim, a equipe da Comissão Mista foi das primeiras que pôde largamente lançar mão de tais informações estatísticas, o que se pode observar nos agradecimentos na documentação do *Relatório Geral* e nas informações quantitativas contidas no *volume 2* do referido relatório.

economicamente viáveis. Portanto, o dinheiro do Banco Mundial funcionava como uma espécie de “lubrificante” para o introyetamento das ideias.¹³ Importante destacar que neste período uma parte considerável dos *bonds* do Banco Mundial estavam sendo negociados em *Wall Street* e que, portanto, interessava-o firmar a confiança junto aos financistas desta praça, principalmente através da adoção de critérios de viabilidade financeira dos projetos que financiava.

Apesar dos anteriores empréstimos do *Eximbank* não terem sido desinteressados do ponto de vista intelectual e político, a ingerência sobre a política macroeconômica exigida pelo Banco Mundial era muito mais intensa. Além disso, os agentes do *Eximbank* eram mais sensíveis aos interesses dos exportadores norte-americanos para o Brasil – especialmente no setor de maquinaria pesada – e à perspectiva adotada pelas autoridades do Departamento de Estado. Portanto, em pontos em que o Banco Mundial se mostrava mais exigente no que diz respeito a contrapartidas em termos de política cambial, fiscal e monetária, o *Eximbank* demonstrava maior resolução em liberar os empréstimos. Este fato gerou intensos conflitos entre os agentes das duas instituições financeiras, assumindo o *Eximbank* uma parte considerável dos empréstimos que caberiam ao Banco Mundial.¹⁴

Apesar desse tenso arranjo envolvendo o Banco Mundial e o *Eximbank* apontarem para os limites de uma empreitada como a Comissão Mista, não se pode afirmar que o fim da Comissão Mista tenha se dado por esse motivo – nem mesmo que o motivo seja a mudança de governo nos Estados Unidos com a posse de Eisenhower. Tampouco se pode afirmar que esse fim tenha sido motivado pelo tenso cenário econômico e político do fim do segundo governo Vargas (crise cambial, a greve dos 300 mil, aumento de 100% do salário-mínimo, etc.). O máximo que se pode afirmar a partir desses fatos é que estes poderiam ter dificultado uma *prorrogação* dos trabalhos da Comissão, já que o objetivo era que esta terminasse em 1953. Talvez, também seja possível afirmar que o agravamento do cenário econômico e político tenha concorrido para minorar o montante total de empréstimos levantados junto ao Banco Mundial e ao *Eximbank* (ao cabo, algo em torno de

¹³ Sobre este aspecto do Banco Mundial, cf. Pereira (2010).

¹⁴ Nos anos posteriores à Comissão Mista, os empréstimos do Banco Mundial foram quase insignificantes, com exceção do empréstimo para a usina hidrelétrica de Paulo Afonso. Só após o golpe de 1964 é que os empréstimos do Banco Mundial para o Brasil voltam a ter maior relevância. Sobre esse assunto, assim se recorda o membro da Comissão Mista Roberto Campos: “O relacionamento com uma agência internacional, como o Banco Mundial, evitaria acusações de excessiva dependência bilateral e permitiria compras de equipamentos nos países europeus. De outro lado, a permanência do *Eximbank* nos permitiria mobilizar em nosso favor os exportadores americanos, desinteressados estes das exigências de bom-comportamento macroeconômico impostas pelo Banco Mundial. Esta última consideração se tornou importante quando, mais tarde, Mr. Black cancelou os financiamentos do Brasil, até que *puséssemos a casa em ordem*. No período de vacas magras, que durou de 1953 a 1961, somente um financiamento, o da hidrelétrica de Furnas, foi concedido pelo Banco Mundial, enquanto vários créditos foram obtidos do *Eximbank*. Este, no governo Kubitschek, tomou a seu cargo o funcionamento de vários projetos de infraestrutura, incluídos o Plano de Metas” (CAMPOS, 1994, pp. 158-159).

US\$180 milhões).¹⁵ Afinal, um dos principais objetivos da Comissão era através da sua experiência difundir uma determinada concepção sobre os problemas econômicos brasileiros e os meios de combatê-los e também estimular a formação do empresariado brasileiro nas modernas técnicas de administração e planejamento empresarial. Assim sendo, a formação do BNDE, por um lado, e a implementação do *Plano de Metas*¹⁶ pelo governo posterior, seriam expressões do sucesso da Comissão Mista no que diz respeito à implementação de suas recomendações. Outras dessas recomendações tardariam um pouco mais a serem concretizadas, como a criação do *Banco Central* (1964) e da *Comissão de Valores Mobiliários* (1976), medidas essas que serviriam para modernizar o sistema financeiro brasileiro e estimular o desenvolvimento de um mercado de capitais no Brasil.

Outra experiência da influência norte-americana sobre a formação do BNDE via Comissão Mista é que parte considerável do pessoal que ocupou a cúpula dos quadros do BNDE em seus primeiros anos estiveram presentes na equipe da Comissão Mista e, de certa forma, tiveram nessa experiência um importante episódio em sua formação intelectual e política – como Lucas Lopes, Roberto Campos, entre outros. Estes dois últimos mencionados, por exemplo, ocuparam diversos cargos para além da diretoria do BNDE – inclusive durante o regime ditatorial. De certa forma, a experiência da Comissão Mista e da formação do BNDE formou uma certa “geração” de agentes que ocuparam posições de proa no aparelho de Estados nos anos que se seguiram. E os efeitos dessa geração também se deram no âmbito privado – sendo um dos casos mais emblemáticos aquele da criação da *Consultec* por alguns outrora membros da Comissão Mista, cuja principal atividade era exatamente a elaboração de projetos de investimentos para serem apresentados ao BNDE em busca de financiamento.¹⁷

¹⁵ A despeito do caráter provisório da Comissão Mista, os conflitos entre o Banco Mundial e o *Eximbank* foram fundamentais para as complicações durante o funcionamento da Comissão. Poucos meses antes do fim da Comissão Mista, assim se pronuncia Merwin Bohan, embaixador e membro da Comissão: “Once it is granted that the program was political, then the selection of the International Bank as the sole source of financing (with specified exceptions) can be seen to have been a major error since it delegated authority over implementation of a bilateral political program to an international banking institution which quite rightly prides itself on its independence and resistance to the individual political interests of its members” (*FRUS*, 1952-1954, p. 617).

¹⁶ Uma das características do Plano de Metas é a adoção do princípio daquilo que intelectuais da época chamavam de *planejamento setorial* ou *planejamento seccional*, sendo a Comissão Mista uma das experiências pioneiras na difusão desses princípios no Brasil – pelo menos de acordo com alguns sujeitos que estiveram presentes na equipe da Comissão Mista e nos altos escalões dos governos posteriores. De forma resumida, tais princípios consistiam que, em vez de um planejamento integral, o governo deveria realizar planos em determinados setores (transportes, energia, entre os mais importantes) no sentido de superar os pontos de estrangulamento que obstavam investimento privado; portanto, não se tratava de substituir o setor privado, mas de agir em áreas em que, por conta de suas limitações técnicas e financeiras, os capitais privados não poderiam atuar. Além disso, este tipo de planejamento setorial buscava que os investimentos realizados pelo governo tivesse o máximo de efeitos multiplicadores e intersetoriais possíveis. De acordo com a classificação proposta por Ricardo Bielschowsky, os membros da Comissão Mista estariam situados entre os *desenvolvimentistas do setor público não nacionalistas*. Cf. Bielschowsky (2000).

¹⁷ “A CONSULTEC proporcionou os canais para contornar tanto as agências estatais corporativistas tradicionais de articulação de interesses quanto o Congresso. Ao estabelecer contatos diretos com agências estatais, ela evitou o escrutínio do público e a necessidade de responder às demandas populares ou ter de levar em conta outras pressões” (DREIFUSS, 1981, p. 86).

§5. Conclusão

Creemos existir razões para o entendimento de que os efeitos da ação dos Estados Unidos na formação do BNDE, especialmente a partir da experiência da Comissão Mista, foram bem além da dimensão imediatamente econômica e financeira, mas se estendeu para a esfera intelectual e política – o que atesta a formação dos quadros que ocuparam cargos de grande expressão nos iniciais do BNDE e dos efeitos dos empréstimos do BNDE sobre a praxe empresarial brasileira.¹⁸ Esta incidência intelectual e política é exatamente uma das principais características do imperialismo sob a liderança norte-americana após a Segunda Guerra em que a subordinação da dimensão intelectual, além da política e econômica, é fulcral; a própria formatação da aparelhagem concreta do Estado capitalista encontra-se dentro desse raio de subordinação imperialista, mesmo que de forma contraditória – sendo o BNDE e sua origem um dos casos dessa incidência intelectual.

Importante destacar que um dos principais aspectos do desenvolvimento dependente do capitalismo brasileiro se expressa em suas insuficiências *financeiras* (ou seja, do ponto de vista do *valor*, em termos marxianos) e *tecnológicas* (ou seja, da perspectiva do *valor de uso*). Mesmo sem usar explicitamente os conceitos de valor e de valor de uso, tais missões e comissões em seus relatórios e trabalhos com agentes brasileiros buscavam atacar essas duas esferas: formar os canais adequados para financiar um programa de reprodução ampliada da economia brasileira e também estabelecer as modernas tecnologias e equipamentos de produção industrial e de administração de empresas. Portanto, se essas missões, por um lado, buscavam ampliar a produtividade da economia brasileira através de difusão de modernas tecnologias de produção e de empresariamento, por outro, e isso é o fundamental aqui, o faziam de forma a manter e expandir tais atividades econômicas brasileiras enquanto empreendimentos capitalistas, *i. e.*, voltado para o mercado e para o lucro.

¹⁸ É fato que na documentação publicada pela Comissão Mista não existe nenhuma menção explícita que a criação do BNDE tenha sido em função dos seus trabalhos. Porém, a partir da documentação diplomática que mencionamos fica claro que o levantamento dos fundos em cruzeiro e a sua colocação em outra instituição que não o Banco do Brasil era uma exigência dos norte-americanos para a concessão dos empréstimos. Além disso, como também mencionamos, quadros de proa dos primeiros anos do BNDE – como Roberto Campos e Lucas Lopes – participaram ativamente dos trabalhos da Comissão. Após o fim da Comissão Mista, é instalado o Grupo Misto BNDE-CEPAL (1953-1955) que, de acordo com documentos do BNDE, deu continuidade em certos trabalhos da Comissão, usando, inclusive o acervo e a sala pela Comissão Mista no prédio do Ministério da Fazenda. Cf. BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (1954).

Dessa forma, nos parece ser um bom critério de interpretação observar, tanto a dependência brasileira quanto as medidas tomadas em favor do desenvolvimento econômico sob essa dupla determinação: *financeira e tecnológica*; do *valor* e do *valor de uso*. Assim, especialmente no caso da Comissão Mista, mas com indícios desde os tempos da Missão Cooke e da Missão Abbink, havia o objetivo dos agentes norte-americanos de aperfeiçoar o desenvolvimento econômico brasileiro enquanto desenvolvimento capitalista tanto a partir do capitalista *prestamista* (a partir das recomendações à formação de um mercado e títulos, etc.) quanto a partir do capitalista *funcionante* (a partir do treinamento técnico de engenheiros, técnicos, etc.).¹⁹

Também é importante destacar a influência norte-americana na fundação do BNDE no tocante ao levantamento dos fundos em cruzeiros de forma supostamente não inflacionária, *i. e.*, na linha do que os agentes norte-americanos chamavam de “self-help”; além do adicional sobre o imposto de renda, parte dos fundos dos institutos de previdência foram canalizados para o BNDE. Posteriormente, na década de 1970, os recursos do *PIS-PASEP* também foram também canalizados para o BNDE – assim como são atualmente os recursos do *FAT*. Portanto, a influência norte-americana sob a égide do “self-help” foi de grande importância para aprofundar o processo de *expropriações* no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, direcionando as poupanças coletivas formadas pelos trabalhadores para viabilizar suas aposentadorias e pensões para investimentos capitalistas, transformando *direitos* em *dívidas*.²⁰

Referências bibliográficas

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (BNDE). *Exposição sobre o programa de reaparelhamento econômico 1953-1954*. Rio de Janeiro, 1954.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BEAUCLAIR DE OLIVEIRA, Geraldo. “A evolução do sistema financeiro na época Vargas”. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF/PPGH, 1974.

¹⁹ Sobre este tema, cf. Marx (1984), especialmente a seção que trata do *capital portador de juros*.

²⁰ Sobre o tema das expropriações na história do capitalismo recente, cf. Fontes (2010).

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Top Books, 1994.

COMISSÃO MISTA BRASILEIRO AMERICANA DE ESTUDOS ECONÔMICOS (CMBAEE). *Relatório Final*. Rio de Janeiro, 1949.

COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CMBEU). *Relatório Geral, vol.1*. Rio de Janeiro, 1954.

COOKE, Morris (Chefe da Missão). *A Missão Cooke no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1949.

CORSI, Francisco Luiz. “O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira”. In: BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.) *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

DREIFUSS, René. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Volume III, Tomo 1: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

PEREIRA, João Márcio. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1949. The United Nations; The Western Hemisphere. Volume II*. Washington: United States Government Printing Office, 1975 [FRUS, 1949].

_____. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1951. The United Nations; The Western Hemisphere. Volume II*. Washington: United States Government Printing Office, 1979[FRUS, 1951].

_____. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1952-54. The American Republics. Volume IV.* Washington: United States Government Printing Office, 1983 [FRUS, 1952-1954].